

FEMINISMOS, PATRIARCADO E VIOLÊNCIA DE GÊNERO: AS DENÚNCIAS REGISTRADAS NA DEAM/VITÓRIA/ES (2002-2010)*

Mirela Marin Morgante**

Resumo: O artigo realiza um panorama histórico que articula o contexto de emergência da segunda onda do movimento feminista brasileiro, suas primeiras manifestações reivindicativas, a criação das DEAMs, e a utilização dos conceitos de gênero e patriarcado no exame da violência contra a mulher e de seus mecanismos de legitimação e perpetuação. Em seguida, a análise do artigo se volta para a pesquisa na fonte primária, que são os Boletins de Ocorrência (BOs) registrados na DEAM/Vitória do ano de 2002 a 2010. Selecionou-se aquelas denúncias cujos agressores tinham ou já tiveram algum tipo de relação afetiva com a vítima, por se tratar da maioria dos casos (66%) e por apresentar maior potencial ofensivo, tornando a violência progressivamente mais grave. Elaboraram-se estatísticas a partir das informações constantes nos BOs, assim como análises demonstrativas dos relatos dados pelas vítimas às escrivãs da Delegacia, evidenciando a gravidade da violência de gênero em Vitória (ES) e as dificuldades para o seu enfrentamento.

Palavras-chave: Feminismo; Patriarcado; Violência de gênero.

Abstract: The article presents a historical overview that links the emergency context of the second wave of the Brazilian feminist movement, their first claims manifestations, the creation of DEAMs, and the use of gender and patriarchy concepts in the examination of violence against women and its legitimation mechanisms and perpetuation. Then, the analysis of the article turns to research in primary sources, which are the police reports (BOs) recorded in DEAM/Vitória of the year 2002-2010. Was selected those denunciations whose aggressors had or have had some kind of affective relationship with the victim, because it is the majority of cases (66%) and it presents larger offensive potential, becoming progressively more severe violence. Statistics elaborated from the information contained in BOs and the demonstrative analysis of the accounts given by the victims to the police, showing the severity of gender violence in Vitória (ES) and the difficulties in combating it.

Keywords: Feminism; Patriarchate; Gender violence.

* Artigo submetido à avaliação em 8 de agosto de 2015 e aprovado para publicação em 29 de setembro de 2015.

** Mestre em História Social das Relações Políticas pela Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: mirela_marin@hotmail.com.

A visualização da necessidade de fazer um sério enfrentamento da problemática da violência contra a mulher se fortaleceu principalmente a partir da década de 1970, quando surgiu a segunda onda do movimento feminista brasileiro¹ que, associada à sociedade e aos meios de comunicação, passou a denunciar inúmeros casos de homicídios e de agressões cometidas contra as mulheres. As reivindicações feministas abrangiam tanto questões trabalhistas, quanto a sexualidade, o corpo e os prazeres femininos. Mas uma das denúncias mais frequentes se referia aos crimes cometidos contra as mulheres, que eram exercidos, amiúde, por seus próprios companheiros. As organizações feministas passaram a discutir e a denunciar *ad nauseam* essa problemática, estabelecendo um vínculo com os imperativos comportamentais e ideológicos de uma sociedade patriarcal. Na década de 1980, surgiram então, diversas instituições voltadas para o enfrentamento da violência contra a mulher, como os SOS-Mulher e as DEAMs. Em 1985 foi fundada a primeira DEAM no Espírito Santo, onde as mulheres passaram a denunciar as violências que sofriam.

Após contextualizar as condições de emergência da segunda onda do feminismo no Brasil e suas primeiras manifestações políticas e sociais, além da emergência das DEAMs em todo o Brasil e especificamente em Vitória (ES), realiza-se uma aproximação com os conceitos primordiais para a análise da violência contra a mulher, muito discutidos pelos feminismos e no âmbito acadêmico para a compreensão dos mecanismos de poder que se articulam na perpetuação e legitimação da violência de gênero. Isso posto, o artigo volta-se para um exame das denúncias registradas do ano de 2002 a 2010, focando nos casos em que os agressores denunciados tinham algum tipo de vínculo afetivo com a vítima da violência.

A escolha do recorte temporal se deu por três motivos principais. Primeiro, por se tratar de um período marcado pela intensificação dos mecanismos jurídicos, políticos e sociais acionados pela federação e pelos estados e municípios para enfrentar as agressões de gênero. Segundo, pelo limite da fonte documental, que estava disponível para ser acessada e transcrita somente a partir do ano de 2002. E, finalmente, pelo limite de tempo, pois o trabalho de transcrição e compilação dos dados é extremamente árduo e o número de BOs registrados é bastante grande, somando cerca de 1.350 por ano, de forma que é preciso grande disponibilidade de tempo para dar conta de se estudar tantas ocorrências. Dessa forma, conseguiu-se compilar os dados constantes nos BOs de janeiro do ano de 2002 até dezembro de 2010, completando a década de 2000. O total de BOs registrados nesse período foi 12.085, dos quais 7.974 foram analisados no trabalho.

¹ É importante ressaltar que a primeira onda do feminismo no Brasil surgiu em finais do século XIX e início do século XX, e ficou caracterizada por uma luta focada no direito à educação, ao trabalho remunerado e nos direitos judiciais e políticos das mulheres – como o direito de ter propriedade e herança e de votar e ser votada (PEDRO, 2005).

As mulheres na segunda metade do século XX: trabalho, educação e cultura

Diversos foram os fatores que contribuíram para a emergência do feminismo nesse período histórico. O contexto de urbanização, migração e modificações nos padrões comportamentais da sociedade brasileira, com uma maior inserção feminina nos empregos formais e nas universidades, além de sua presença crescente nas manifestações de rua e nos sindicatos, foram elementos colaboradores na criação de um caldo de cultura favorável à emergência da segunda onda do feminismo no país. Cabe ainda ressaltar a influência do cenário de efervescência política e cultural dos Estados Unidos e da Europa, provocado pelos movimentos sociais que ali eclodiram, no aparecimento e no desenvolvimento da segunda onda do movimento feminista brasileiro.

A expansão industrial nacional, principalmente a partir da década de 1960, provocou uma urbanização descontrolada, com migrações em massa das pessoas que viviam nos campos indo para as cidades, acarretando em um inchaço demográfico no ambiente urbano e conseqüentemente, em um alto índice de desemprego e agravamento da situação de pobreza (NADER, 2008). Além disso, o Brasil passava por uma grave crise econômica, com alto nível de inflação e recessões. Essa conjuntura fez com que muitas mulheres cidadinas partissem para o mercado de trabalho como forma de complementar a renda familiar, o que significou uma ampliação dos horizontes socioculturais da mulher e uma diminuição do poder econômico e ideológico do homem dentro da esfera privada (NADER, 2008).

Cristina Bruschini (1988) evidencia dados precisos acerca da crescente participação feminina no mercado de trabalho nesse período de expansão urbana e industrial do Brasil. Segundo dados IBGE, a autora mostra que em 1970 as mulheres compunham 22,3% do total da força de trabalho das cidades. Em 1976 elas passaram a compor 28,9% dos trabalhadores urbanos. No ano de 1980 elas somaram 30,5% da força de trabalho cidadina e, em 1983, as trabalhadoras compuseram 30,6% do total da força de trabalho nas cidades brasileiras.

Para Cristina Bruschini (1988), este crescimento se deu devido a diversos fatores, dentre os quais ela destaca o desenvolvimento econômico brasileiro que expandiu o mercado de trabalho de uma maneira geral – isto é, para mulheres e para homens –, as modificações dos valores e dos comportamentos que contribuíram no sentido das mulheres terem a possibilidade de ofertar seu trabalho, a diminuição da taxa de fecundidade, o aumento do nível de escolaridade, e, por fim, a diminuição da renda de uma grande parcela da população brasileira.

Contudo, segundo a autora, a razão mais significativa para o aumento da presença feminina no mercado de trabalho foi o empobrecimento da população provocado pela

crise econômica de fins da década de 1970 e início dos anos de 1980, quando o índice de desemprego subiu consideravelmente e a inflação atingiu números recordes. Era cada vez mais importante a remuneração do trabalho feminino para complementar o orçamento doméstico, principalmente entre a população mais desfavorecida. Na classe média e em algumas famílias de menor renda, as novas e crescentes expectativas de consumo – surgidas devido ao aumento e à diversificação dos produtos – muitas vezes só poderiam ser satisfeitas com a contribuição da pecúnia feminina (BRUSCHINI, 1988).

Em artigo sobre o trabalho feminino durante o século XX, Maria Izilda Matos e Andrea Borelli (2012) também afirmam que a partir da década de 1960 as mulheres foram empregadas de maneira crescente e sistemática no Brasil, ocupando o mercado de trabalho de forma contínua, diversificada e intensa. As autoras apresentam basicamente as mesmas razões para o aumento da empregabilidade feminina, citando a diminuição do poder de compra e o arrocho dos salários como fatores que influenciaram tanto na sobrevivência quanto na possibilidade de consumo da população brasileira, o que acarretou em uma maior participação feminina nos trabalhos formais. Além disso, elas colocam a influência do “milagre econômico”, no qual houve um crescimento do setor produtivo, comercial e de serviços, oferecendo novas possibilidades de empregos para as mulheres, que não se restringiram somente aos trabalhos tradicionalmente femininos.

86

No que tange às modificações comportamentais e de valores da sociedade brasileira, as autoras explicam que elas foram influenciadas pelos movimentos feministas e de contracultura da Europa e dos Estados Unidos, que despertaram “[...] o desejo de autonomia financeira e de realização profissional nas mulheres das camadas médias” (MATOS; BORELLI, 2012, p. 143). Acrescenta-se aí a difusão da pílula contraceptiva, que possibilitou às mulheres o planejamento do exercício da maternidade, cuja consequência mais evidente foi a inserção e a permanência da população feminina no mercado de trabalho. Ademais, segundo Maria Izilda Matos e Andrea Borelli (2012), o uso do anticoncepcional incrementou a possibilidade de as mulheres investirem em carreiras profissionais.

Joana Maria Pedro (2012, p. 244) acrescenta que com a disponibilidade no mercado da pílula anticoncepcional passou a haver uma “[...] separação entre procriação e sexualidade, com o aval das ciências médicas”. O prazer feminino na relação sexual adquiriu relevância maior. Elas queriam que seus desejos e prazeres sexuais fossem levados em consideração, haja vista a diferenciação entre sexo e reprodução que se tornou mais acentuada com a difusão do método contraceptivo (PEDRO, 2012).

Maria Izilda Matos e Andrea Borelli (2012) evidenciam ainda outro fator que merece a atenção quando se fala da inserção das mulheres no mercado de trabalho na segunda metade do século XX: a promulgação do Estatuto da Mulher Casada em

1962. Foi com este decreto “[...] que se retirou do Código Civil o direito do marido de impedir sua esposa de trabalhar fora do domicílio” (MATOS; BORELLI, 2012, p. 142). Antes disso as mulheres podiam trabalhar fora de casa sem terem a necessidade de pedir autorização para o marido, o que foi concedido somente em 1943. Mas mesmo assim elas podiam sofrer o impedimento do exercício profissional por parte do cônjuge. É significativo que tal proibição só tenha deixado de existir em 1962, com o Estatuto.

Finalmente, é imprescindível ressaltar que a elevação do grau de instrução das mulheres, principalmente a partir da década de 1970, auxiliou na sua participação no mercado de trabalho. Conforme Maria Izilda Matos e Andrea Borelli (2012), houve uma expansão do ensino médio e universitário que contribuiu para a elevação do nível escolar e para a inserção das mulheres no âmbito educacional, em diversas áreas do conhecimento. As autoras mostram que entre 1970 e 1975 a quantidade de mulheres fazendo cursos universitários aumentou em cinco vezes, enquanto a quantidade de homens dobrou.

Para Cristina Bruschini (1988), as taxas de atividades trabalhistas femininas são maiores conforme o nível de escolaridade. Esta relação existe também entre os homens, mas de forma muito menos acentuada. Por meio de dados da PNAD de 1983, a autora mostra que no Brasil, com menos de 1 ano de instrução a taxa de atividade feminina é de 28,7%. Com 1 a 4 anos de instrução a taxa sobe para 31,4%. Com 5 a 8 anos de escolaridade as mulheres compõem 34,9% de trabalhadores ativos e, com 9 anos ou mais de instrução elas somam 60,2%. Assim,

O avanço da escolaridade entre as mulheres se ampliou nas décadas seguintes e gerou impacto no mercado de trabalho, tornando-as economicamente mais competitivas e capazes de enfrentar resistências e preconceitos e aumentar sua presença em setores até então impermeáveis ao feminino (MATOS; BORELLI, 2012, p. 145).

É importante salientar quando se fala na maior presença feminina nos trabalhos formais no Brasil na segunda metade do século XX que, como afirma Mariza Barros Ribeiro da Vitória (2010, p. 43), haja vista a dimensão do território nacional e as especificidades políticas das diversas localidades brasileiras, há uma impossibilidade de “[...] homogeneizar a economia das regiões, pois ocorreram disparidades quanto ao acesso à educação, às ofertas de trabalho e ao suporte social, fatores que favoreceram as mulheres o ingresso no mercado de trabalho”.

Com a visibilidade crescente que as mulheres foram conquistando na esfera pública, sua presença em reivindicações de rua e nos sindicatos se tornou maior e mais constante. Conforme Joana Maria Pedro (2012), antes mesmo do golpe militar de 1964 elas estavam presentes na Marcha da Família com Deus pela Liberdade –

manifestação de direita – e, após o golpe, em 1968, na passeata dos 100 Mil, em contestação ao regime militar. A autora acrescenta que no decorrer dos anos de 1960 a 1980 as mulheres tiveram grande atuação “[...] nos clubes de mães, nos movimentos por creche, nas marchas da ‘panela vazia’ (ou panelaços), nas reivindicações por anistia política (aos presos e aos perseguidos pelo regime) e no movimento Diretas Já (por eleições diretas)” (PEDRO, 2012, p. 240-241).

Joana Maria Pedro (2012) enumera ainda diversas outras atuações políticas e sociais desempenhadas pelas mulheres nesse período. Elas formaram associações de mulheres para discutir seus temas específicos, criaram as “casas da mulher” para abrigar as mulheres vítimas de violência, participaram ativamente e fizeram reivindicações dentro dos sindicatos – lutando pela criação de seções femininas e pela inserção das mulheres nas funções de diretoria – além de terem organizado vários encontros de trabalhadoras. A atuação feminina era ampla, como afirma Mariza Barros Ribeiro da Vitória (2010, p. 53), “elas estavam presentes nas fábricas, nas igrejas, no enfrentamento militar, nas campanhas contra a carestia, clamando por creches, entre outras frentes de enfrentamento”.

Para Céli Regina Pinto (2003, p. 44), os movimentos contra a carestia, os clubes de mães, o movimento pela anistia, assim como aqueles movimentos em que as mulheres reivindicavam “[...] melhorias nos postos de saúde, nas escolas, nas creches e nos serviços públicos em geral”, são movimentos de mulheres que devem ser distinguidos do movimento feminista, cujo propósito era denunciar a condição de opressão das mulheres. Segundo a autora, os movimentos de mulheres existiram nas classes médias e baixas do Brasil e ficaram caracterizados por serem organizações que se utilizavam dos papéis sociais femininos – como o papel de esposa, de mãe e de dona-de-casa – para fazer exigências e interferir na esfera pública. Enquanto o movimento feminista questionava justamente esses papéis sociais, mostrando que eles foram construídos historicamente e eram responsáveis pela inferioridade feminina na sociedade brasileira patriarcal. Com o passar do tempo, contudo, a distância entre esses dois movimentos “[...] que era quase uma resistência, tendeu a diminuir” (PINTO, 2003, p. 44).

Portanto, a partir da década de 1960, grande contingente de mulheres já experimentava uma liberdade conquistada e adquirida aos poucos desde o início da industrialização do Brasil, no final do século XIX. Em grande medida isso foi possível, como afirma Maria Beatriz Nader (2008), graças à participação cada vez maior da mulher no mercado de trabalho, seu crescimento intelectual, sua expansão da individualidade e das condições materiais que conseguiram conquistar. A estrutura da família foi profundamente abalada na medida em que as mulheres recorriam cada vez mais ao divórcio e que não aceitavam mais a subordinação de gênero dentro do âmbito

doméstico (NADER, 2008). O poder do patriarca foi sendo diminuído progressivamente com a ascensão econômica e social da mulher, o que não ocorreu sem contestações e violências por parte do homem.

Os feminismos da segunda onda

Uma das primeiras manifestações da existência segunda onda do movimento feminista no Brasil ocorreu em 1972, quando o Conselho Nacional da Mulher promoveu um congresso onde se discutiu temas polêmicos na época, “[...] como o planejamento familiar e a posição da mulher diante da nova tecnologia até assuntos prosaicos como a ‘problemática da bábá’” (PINTO, 2003, p. 49). No mesmo ano ocorreram as primeiras reuniões de grupos de mulheres em São Paulo e no Rio de Janeiro. Conforme Joana Maria Pedro (2012), o método de divulgação das idéias do feminismo destes primeiros tempos consistia na realização de grupos de consciência ou reflexão compostos exclusivamente por mulheres, pois elas acreditavam que os homens as inibiam, onde eram abordados problemas particulares das mulheres e formas de enfrentar o machismo da sociedade. As reuniões seriam uma maneira de estabelecer uma rede do movimento feminista, na medida em que as participantes eram incumbidas de levarem novos membros para o grupo – quando ultrapassasse 24 participantes o grupo era dividido – e que a proposta era de que esses grupos se espalhassem por vários lugares (PEDRO, 2012).

Muitos dos grupos de reflexão feminista deram origem a periódicos visando à divulgação de suas visões e das atividades que estavam realizando, como foi o caso do *Nós Mulheres* e *Mulherio*, o que fortalecia a rede interativa do movimento feminista emergente (PEDRO, 2012). Posteriormente, outros periódicos foram lançados, como o *Brasil Mulher* em 1975, o *Nós Mulheres* em 1976, *Mulher Liberta Mulher* no ano de 1980, além do *Mulherio* e *Chana Com Chana* em 1981. Todos esses periódicos duraram pouco tempo, exceto o *Mulherio* que se manteve até 1987. Os questionamentos feministas marcaram presença também no teatro e na televisão, com peças teatrais e programas televisivos voltados exclusivamente para os problemas das mulheres contemporâneas.

Assim, o movimento feminista foi expandindo suas proporções e as questões específicas das mulheres ganharam ainda maior status e visibilidade em 1975, quando a ONU definiu este ano como o Ano Internacional da Mulher e o primeiro ano da década da mulher, realizando uma conferência no México sobre o assunto (PINTO, 2003). No mesmo ano foi aberto um espaço na reunião anual da Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência (SBPC) para a discussão feminista, por mulheres intelectualizadas

da academia, que vigorou por 10 anos. Também foi organizado o Movimento Feminino pela Anistia em 1975.

Muitos eventos públicos, de natureza e abrangência diversos, tratando da problemática feminina, passaram então a ocorrer no Brasil. O primeiro deles, considerado o momento inaugural do movimento feminista brasileiro de segunda onda, foi realizado no Rio de Janeiro em 1975, na sede da Associação Brasileira de Imprensa e com o patrocínio da ONU, visando discutir “o papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira” (PEDRO, 2012, p. 246-247). Neste encontro ficou decidida a criação do Centro da Mulher Brasileira (CMB) no Rio de Janeiro, onde haveria estudos relativos às questões específicas das mulheres e um departamento voltado para tratar dos problemas reais das mulheres da comunidade local, em uma clara proposta de conscientização dos grupos populares.

Em São Paulo, no ano de 1975, foi realizado o Encontro para o Diagnóstico da Mulher Paulista na Câmara Municipal de São Paulo, com o patrocínio da ONU e da Cúria Metropolitana (PEDRO, 2012). Joana Maria Pedro (2012, p. 247) aponta que foi a partir deste encontro que se instaurou, no final do mesmo ano e se manteve até 1979, o Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira (CDMB), “[...] com o objetivo de ser um centro, com sede física e estatutos, de estudos e reflexão voltados para o desenvolvimento de uma ‘consciência nacional da condição da mulher’”.

90

No final da década de 1970, ocorreram ainda o I Encontro da Mulher que Trabalha, no sindicato dos aeroviários em 1977, o II Encontro da Mulher que Trabalha, no sindicato dos metalúrgicos, e o I Congresso da Mulher Metalúrgica de São Bernardo e Diadema, ambos em 1978 (PINTO, 2003).

Céli Regina Pinto (2003, p. 67) observa que a partir do ano de 1979 dois acontecimentos influenciaram no rumo que o movimento feminista tomaria dali para frente: “[...] a anistia aos presos e exilados políticos e a reforma partidária”. Quanto à anistia, a autora explica que ela marcou um período de maior liberdade, maior possibilidade de se manifestar, com a repressão e o medo diminuídos, pois o AI-5 já não vigorava mais. Além disso, os anistiados que voltaram principalmente da Europa, traziam novas perspectivas reivindicativas, novas concepções de mundo e, amiúde, as pessoas que haviam idealizado os exilados políticos acabaram por se chocar. Sobre a relação da anistia com o movimento feminista brasileiro, Mariza Barros Ribeiro da Vitória (2010, p. 56) salienta que,

A anistia de 1979 que permitiu a volta das exiladas no começo dos anos 1980, fez com que as mulheres exiladas trouxessem em sua bagagem não apenas a colaboração de sua experiência política anterior, mas também a influência de um Movimento Feminista atuante, sobretudo na Europa. Além disso, a própria experiência de vida no exterior, com uma organização doméstica

distinta dos tradicionais padrões patriarcais da sociedade brasileira, repercutiu decisivamente tanto em sua vida pessoal, quanto em sua atuação política.

O outro fator que influenciou no desenvolvimento do feminismo no Brasil foi a reforma política, com o fim do bipartidarismo e o estabelecimento de espaços voltados para as muitas manifestações partidárias. As militantes feministas acabaram se dividindo entre os partidos, e entre uma luta na perspectiva de institucionalização do movimento e uma luta autonomista, que considerava a aproximação com o Estado uma forma de cooptação (PINTO, 2003). O movimento feminista não era homogêneo, diversas perspectivas e maneiras de atuação estavam presentes nessa segunda onda do movimento, podendo-se falar em *feminismos*, no plural, dando a ideia da dimensão das atuações e das frentes levadas a cabo por reivindicações feministas.

Nesse contexto, para Céli Regina Pinto (2003, p. 68), “surgem ao longo da década fortes grupos feministas temáticos, associados ou não a essa dicotomia, entre os quais se destacaram os que passaram a tratar da violência contra a mulher e da sua saúde”. Na década de 1980 também emergiu o *feminismo acadêmico*, cuja base situava-se no Departamento de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas, em São Paulo, e nas pesquisas feitas nas ciências humanas de maneira geral e na educação mais particularmente, por intelectuais das universidades mais conceituadas do Brasil, “[...] em algumas das quais surgiram Núcleos de Pesquisa em Estudos da Mulher” (PINTO, 2003, p. 68).

91

Em finais da década de 1970 e princípios dos anos de 1980, as lutas feministas voltaram-se para a problemática da violência contra mulher. As conquistas que as feministas foram adquirindo ao longo do tempo no que diz respeito ao enfrentamento da violência de gênero estão associadas às novas relações que as mulheres conseguiram estabelecer na esfera política, qual seja, “[...] a conquista de espaços no plano institucional, por meio de Conselhos da Condição da Mulher e Delegacias da Mulher; a presença de mulheres nos cargos eletivos; e as formas alternativas de participação política” (PINTO, 2003, p. 68). Soma-se aí, a atenção dada pela mídia nacional aos casos de violência contra a mulher, sobretudo de caráter conjugal, e a pressão exercida pelas organizações feministas para que os agressores fossem punidos.

A violência contra a mulher em questão: os SOS-Mulher e as DEAMs

Em um momento em que a imprensa noticiava casos de agressões e homicídios cometidos “em defesa da honra masculina” contra as mulheres, e que as feministas denunciavam a impunidade dos agressores e questionavam os tradicionais papéis sociais de gênero, surgia o SOS-Mulher em todo o país, visando o atendimento das

mulheres em situação de violência. O SOS-Mulher foi a primeira instituição que pode ser considerada o pontapé inicial dado pelo Estado no sentido de denunciar as agressões cometidas contra as mulheres e de atender as vítimas de violência, culminando na posterior criação das DEAMs.

A proposta dos SOS-Mulher era fornecer um atendimento social, psicológico e jurídico às mulheres vítimas de violência, além de darem apoio nos casos em que as vítimas optavam por uma denúncia policial, que ainda eram feitas nas delegacias tradicionais, isto é, não especializadas. Jurandir Costa (1992, p. 172-173) afirma que os SOS-Mulher tinham intenções comuns, procuravam conscientizar as usuárias, o que “[...] significava possibilitar-lhes romper o isolamento; desenvolver a solidariedade com outras mulheres em situação semelhante (através da participação em atividades grupais); romper o relacionamento violento; e trabalhar para o próprio sustento e dos filhos”.

A ideia das militantes feministas idealizadoras dos SOS era conscientizar as vítimas de violência da sua condição e da realidade em que viviam, com a pretensão de que elas de lá saíssem com uma nova consciência social e, quem sabe, feministas também (BOSELLI, 2003). Era a própria sociedade patriarcal, com sua normatização dos papéis sociais de gênero e sua legitimação para o exercício da violência contra a mulher, que as feministas visavam problematizar em busca da conscientização das mulheres vítimas de violência. Por meio das conversas em grupo no SOS, as mulheres podiam compartilhar suas experiências pessoais e assim, “[...] descobrir coletivamente quais são os dispositivos de poder e autoridade, qual o universo de práticas e crenças que imperam na construção social, cultural e política da condição feminina” (GREGORI, 1993, apud BOSELLI, 2003, p. 54).

Contudo, os SOS-Mulher não vingaram e acabaram extintos em 1983. Maria Amélia Azevedo (1985) explica que a organização era composta por sócios e por consultores e, devido aos problemas financeiros, ela não pôde ser levada à frente. Baseada em Gregori, Giane Cristini Boselli (2003) expõe outro problema que pode ter contribuído para a falência da organização. Segundo ela, o foco exclusivo no método de conscientização não atraía muitas mulheres que eram vítimas de violência, estas almejavam auxílios mais concretos e imediatos, como creches, remédios, emprego, albergues e até mesmo advogados, psicólogos e assistentes sociais. Giane Cristini Boselli (2003, p. 55) esclarece que no Brasil, onde é praticamente inexistente ou ineficaz as proteções sociais e as de caráter previdenciário, “[...] as práticas do tipo SOS acabam prejudicadas. Poucos são os abrigos, creches, agências de emprego e direitos previdenciários que podem complementar o trabalho das militantes”.

Os SOS-Mulher, porém, deixaram seu legado. Jurandir Costa (1992) afirma que as posteriores delegacias especializadas se inspiraram nos SOS para fornecer

o atendimento social, psicológico e jurídico às mulheres que ali adentravam. Nesse sentido, a proposta de mostrar que a violência de gênero é um problema amplo, que não se limita às medidas policiais e jurídicas, se manteve nas DEAMs por meio da assistência psicossocial. E o autor acrescenta:

Por outro lado, a tendência, já presente nos SOS-MULHER, de tratar a violência contra as mulheres como uma questão coletiva e pública afirma-se com a criação das delegacias da mulher, pois o Estado passa a assumir o tratamento da violência, através de um organismo policial especializado, e as vítimas passam a ter, enfim, um lugar adequado, do ponto de vista institucional, onde exigir justiça (COSTA, 1992, p. 173).

Nesse contexto, ao longo da década de 1980, surgiram diversas Delegacias Especializadas em Atendimento à Mulher (DEAMs), também chamadas de Delegacia de Defesa da Mulher (DDM), como foi intitulada a primeira Delegacia voltada para o atendimento específico das mulheres vítimas de violência, de São Paulo, inaugurada no dia 05/08/1985 (SAFFIOTI, 2002). No mesmo ano, inaugurou-se a primeira DEAM do estado do Espírito Santo. Esta ficou localizada na capital, Vitória, e era conhecida como DEAM/ES, por ser a única DEAM existente no estado. Posteriormente, foram criadas DEAMs em outras cidades do Espírito Santo, de forma que a DEAM localizada na capital passou a ser conhecida como DEAM/Vitória.

Tanto os SOS-Mulher, como as posteriores DEAMs, refletiam a tentativa dos movimentos feministas e mesmo do meio acadêmico, de sistematizar e questionar a condição social da mulher, historicamente construída. Na ânsia pela compreensão dos mecanismos de poder que agem em consonância com a negação da individualidade feminina, com a manutenção da desigualdade e hierarquização de gênero e com a violência contra a mulher, os conceitos de patriarcado e de gênero, passaram a serem utilizados nas análises sobre a condição da mulher na sociedade brasileira daquele período.

Gênero e patriarcado: uma aproximação para a análise da violência contra a mulher

Segundo Joan Scott (1995), a categoria gênero é relacional. A sociedade e a cultura forjam distinções entre as mulheres e os homens de maneira que os sujeitos sociais são continuamente impelidos a buscar sua identificação de gênero, construída enquanto uma oposição binária. Nesse sentido, não somente as mulheres sofrem a imposição de uma identidade ideal feminina, como também os homens sofrem a exigência de se adaptarem ao seu papel social de gênero, de provedor, ativo, viril, racional e agressivo.

Sócrates Nolasco (1995) explica que a masculinidade é um modelo de gênero com o qual os homens se sentem constantemente na necessidade de corresponder, mesmo sabendo que nunca se adaptarão totalmente a essa normatização de gênero que exige deles a virilidade sexual, o trabalho remunerado, o provimento familiar, a posse e o domínio sobre as mulheres.

Como evidencia Heleieth Saffioti (2011), a construção da feminilidade e da masculinidade tal como foi realizada pela sociedade androcêntrica representa uma camisa de força. O homem acredita que deve exercer seu poder de domínio e agredir quando “necessário” e a mulher pensa que deve suportar a violência, principalmente quando é perpetrada por seu companheiro amoroso, “[...] porque seu ‘destino’ assim o determina” (SAFFIOTI, 2011, p. 85). Os Boletins de Ocorrência (BOs) analisados na pesquisa demonstram como é frequente por parte dos homens agressores a necessidade de atestarem a sua virilidade, o seu poder, a sua masculinidade por fim. Quando se viram ameaçados de exercerem plenamente a sua identidade de gênero, partiram para a agressão física, sexual ou psicológica contra as suas companheiras. Afinal, a violência e a agressividade fazem parte da dinâmica identitária masculina, e quando é “necessário” fazer valer o *status quo*, não há porque não fazer uso desse tipo de dispositivo legitimado socialmente.

94

Nesta perspectiva, é de grande valia a utilização do termo gênero quando se trata da problemática da violência contra a mulher. A categoria facilita a apreensão da dimensão social e cultural do que é “ser mulher” e “ser homem”, em um distanciamento de qualquer determinismo biológico que justifique as diferenças sociais entre os sexos. Permite visualizar que a violência reproduzida contra as mulheres está relacionada, não raro, aos estereótipos e papéis sociais de gênero, que prescrevem um padrão de conduta ideal para as mulheres e para os homens. Assim, haja vista a categoria gênero representar um conjunto de normas – construído pela sociedade e pela cultura – que modelam os comportamentos, os símbolos e os papéis sociais das mulheres e dos homens, pode-se falar em violência de gênero e não tão somente em violência contra a mulher. O significado de gênero na sociedade brasileira de princípios do século XXI pode representar a legitimidade, quando não a causa, de muitas agressões de gênero. Mas é importante entender que os atuais significados e representações de gênero foram construídos por uma sociedade patriarcal.

Para Heleieth Saffioti (2011), o sistema patriarcal corresponde ao regime atual de relações entre a mulher e o homem, que, além do âmbito familiar, perpassa todas as instituições, toda sociedade civil, o Estado, e o direito. Funciona como uma engrenagem quase automática que pode ser acionada por ambos os sexos, de forma que a mulher pode atuar muitas vezes como cúmplice do sistema patriarcal.

O movimento feminista denunciou a ordem patriarcal, que permite aos homens o domínio sobre as mulheres e a submissão desta no corpo social.² Sobre o advento do conceito, Christine Delphy (1981, p. 66) observa que,

[...] l'Université n'a joué aucun rôle dans la création de ce concept, ou d'ailleurs d'aucun autre concept politique, de même qu'elle n'a joué aucun rôle dans l'émergence du mouvement social, le féminisme, qui a élaboré les analyses et les concepts dont nous parlons. Cependant elle en joue un, de toute évidence, en accueillant ce débat [...].³

Para a autora, o conceito foi criado pelo movimento feminista e posteriormente a universidade passou a utilizá-lo, contribuindo para o debate e a problematização das complexas redes simbólicas e materiais que compõem o sistema patriarcal. Segundo Christine Delphy (1981), o conceito de patriarcado deve ser utilizado de maneira substantiva, como foi introduzida pela segunda onda do movimento feminista com um objetivo estritamente político: de denunciar o sistema patriarcal enquanto um sistema de opressão das mulheres. Para a autora, “[...] la raison profonde de la transformation de ce terme en concept majeur d'une théorie de la situation des femmes, c'est la perception que l'oppression des femmes fait système” (DELPHY, 1981, p. 61).⁴ Ou seja, o termo patriarcado se tornou um conceito primordial de uma teoria feminista a partir da compreensão de que a dominação das mulheres na sociedade contemporânea é realizada e perpetrada por meio de um sistema, o sistema patriarcal.

95

Nessa perspectiva, quando se fala dos estereótipos de gênero, dos papéis sociais das mulheres e dos homens, das normas de conduta dos sexos, ou mesmo das representações e dos símbolos embutidos na concepção do que vem a ser uma mulher ou um homem, tratam-se de padrões que foram forjados pela sociedade patriarcal e que só existem tomando como ponto de partida a vigência do patriarcado na contemporaneidade. O sistema patriarcal interfere na personalidade e nas percepções dos indivíduos, de modo a estabelecer identidades de gênero com os quais mulheres e homens devem se adaptar.

² Trata-se aqui de *mulheres* e *homens* enquanto categorias sociais, seguindo a definição de Bourdieu (2010, p. 17) em que a palavra *categoria* “[...] tem o mérito de designar ao mesmo tempo uma unidade social – a categoria dos agricultores – e uma estrutura cognitiva, e de tornar manifesto o elo que as une”. Ou seja, não se trata de um sentido individualizado, não obstante ocorrerem situações de dominação masculina e de submissão feminina em esferas individuais, o que não caracteriza uma regra imutável ou uma essência que marca todos os homens e todas as mulheres.

³ “[...] a universidade não desempenhou nenhum papel na criação deste conceito, ou mesmo de qualquer outro conceito político, da mesma forma que não desempenhou nenhum papel na emergência do movimento social, o feminismo, que elaborou as análises e os conceitos de que falamos. Contudo ela desempenha um papel, de toda evidência, acolhendo esse debate [...]”. Tradução nossa.

⁴ “A razão profunda da transformação desse termo em conceito maior de uma teoria da situação das mulheres, é a percepção de que a opressão das mulheres faz um sistema”. Tradução nossa.

Assim, a identidade masculina vigente na sociedade patriarcal tem como parâmetro o trabalho, a virilidade, a força e a racionalidade, enquanto a feminina se baseia no cuidado doméstico, na obediência, na passividade e no sentimento. As relações de gênero, por seu turno, também tomam como parâmetro a marcação identitária, de modo que o homem acredita ter a posse e o domínio sobre a sua companheira e pensa ser dever feminino cuidar da casa e da família enquanto ele se responsabiliza pelo provimento doméstico. O problema emerge quando esses padrões de gênero não são cumpridos por ele mesmo ou pela sua companheira, o que pode desencadear em atos de violência por parte dos homens, o que é bastante comum de visualizar nos BOs registrados na DEAM/Vitória de 2002 a 2010.

Portanto, os conceitos de patriarcado e gênero são inseparáveis e devem ser abordados concomitantemente, pois são complementares um ao outro. Como Christine Delphy (1981) observa, o conceito de patriarcado partiu do movimento feminista e atingiu o meio acadêmico. Da mesma maneira, pode-se dizer que o entendimento acerca da violência contra as mulheres partiu das denúncias perpetradas pelo movimento feminista, para adquirir maior visibilidade tanto no Estado quanto no meio acadêmico. O âmbito jurídico brasileiro passou a regulamentar o que se entende por violência contra a mulher, abrangendo os tipos de violência – física, sexual, psicológica e patrimonial – e os espaços relacionais privados e públicos em que ocorrem as agressões de gênero.

96

As mulheres vítimas de violência procuravam a DEAM/Vitória para denunciar seus companheiros, maridos, pais, irmãos, namorados, entre outros agressores, homens ou mulheres. Grande parte dessas denúncias eram contra companheiros ou ex-companheiros, maridos ou ex-maridos, namorados ou ex-namorados, que juntos compõem 66% do total de agressores denunciados na delegacia no período que compreende o ano de 2002 ao ano de 2010.

Foi sobre esse grupo social, qual seja, pessoas que tinham ou já tiveram uma relação afetiva com a vítima no momento em que houve a agressão, que a pesquisa se debruçou, haja vista ser a maioria dos casos e apresentar um potencial ofensivo de grande magnitude, pois “[...] tende a acontecer repetidamente e pode acabar em agressões de maior gravidade, como é o caso do homicídio de mulheres que foram inúmeras vezes ameaçadas e/ou espancadas anteriormente” (AGENDE, 2005, p. 5). É principalmente dentro de uma relação afetiva que os estereótipos, as representações, os símbolos e os papéis sociais de gênero são confrontados, exigidos e reproduzidos. É na esfera conjugal que as identidades femininas e masculinas, construídas cotidianamente pela sociedade patriarcal vigente, encontram um lugar privilegiado de manifestação e reprodução. Os BOs registrados na DEAM/Vitória são uma demonstração do apego

dos agentes sociais envolvidos na relação afetiva, às identidades de gênero forjadas pelo patriarcado.

Os números da violência de gênero: as denúncias registradas na DEAM/Vitória (2002-2010)

Nos BOs registrados na DEAM/Vitória entre os anos de 2002 a 2010, em que o agressor era ou já havia sido próximo afetivamente da vítima (7.974 casos), é possível encontrar dados referentes tanto à vítima, quanto ao agressor, – há casos cujo ato agressivo foi cometido pela companheira/namorada, mas na grande maioria foram companheiros/namorados/maridos –, como a naturalidade, a idade, a cor, o estado civil, o grau de parentesco entre os envolvidos, o tempo de convivência do casal, a profissão, a escolaridade, o bairro e a cidade onde viviam, o horário e o local da agressão. Também era caracterizada a natureza da violência, que poderia ser ameaça, perseguição, injúria, lesão corporal, agressão, entre outros. Todas essas informações foram dadas pelas vítimas às escrivãs da Delegacia no momento de registro da ocorrência. Houve raras denúncias feitas por um terceiro, e não pela própria vítima, e nesse caso quem fornecia os dados era o(a) noticiante.

Além dessas informações básicas, a vítima costumava relatar para as escrivãs fatos como a convivência do casal e dos filhos, a condição econômica da família e o ocorrido no momento da agressão, expondo as motivações que elas acreditavam terem levado à violência por parte de seus companheiros. Há um espaço nos BOs intitulado “relato da vítima” onde as escrivãs transcreviam tais narrativas das mulheres vítimas de violência. Elas completavam os BOs registrando as medidas tomadas, como representação, exame de lesões corporais, entrevista social e somente registro do fato.

Por meio de um trabalho extremamente árduo, devido à falta de estrutura física e material da DEAM/Vitória, foram coletados manualmente todos os dados constantes nos BOs dos 9 anos que compreende a pesquisa realizada, ou seja, de 2002 a 2010. Foram confeccionadas fichas similares aos BOs, contendo todos os campos relativos à vítima e ao agressor, além do relato da vítima e das medidas tomadas. Essas fichas foram preenchidas manualmente com base nos BOs originais no espaço físico extremamente limitado da DEAM/Vitória.

Após esta primeira etapa de coleta manual dos dados, foi realizada uma segunda etapa, com a transcrição de todas as informações dos boletins de ocorrência que foram feitos manualmente, para o banco de dados do programa Microsoft Access, formulado especificamente para esse fim. Com todas as denúncias de 2002 a 2010 (12.085 BOs)

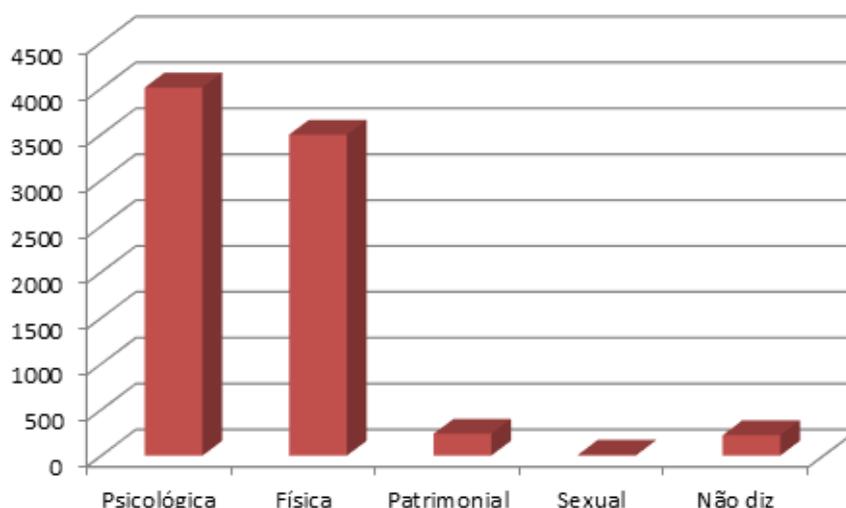
transcritas para o Microsoft Access, ficou mais acessível e prático o trabalho com os BOs, facilitando a seleção e o cruzamento de dados.

Por fim, vale ressaltar que o nome, tanto da vítima quanto do agressor, assim como qualquer outra informação que permita a identificação dos envolvidos nas ocorrências, não consta nos arquivos que foram confeccionados para a pesquisa ora apresentada. Devido à orientação da delegada responsável pela DEAM/Vitória, não era permitida a transcrição de informações que identificasse as vítimas ou seus agressores nas fichas, ou seja, não se poderia copiar os dados de identificação das vítimas e dos agressores tais como o nome, o número do documento de identidade e do CPF, o endereço de residência e o telefone. Também convém deixar claro que os dados dos BOs não foram perfeitamente preenchidos, pois muitos espaços nos boletins de ocorrência não foram preenchidos e não contêm a informação referente ao campo. Porém, tal fato não impede o cruzamento de dados e apresentação de estatísticas, que podem dizer muito sobre as fontes, mesmo considerando as suas limitações.

Como os campos relativos à natureza da ocorrência foram caracterizados de forma bastante heterogênea, mas que muitas vezes diziam respeito a um mesmo tipo de agressão, eles foram separados de acordo a caracterização de violência da Convenção Belém do Pará (AGENDE, 2005), ou seja, em violência psicológica, física, patrimonial ou sexual. Por exemplo, houve casos de calúnia, difamação, ameaça, perturbação à tranquilidade, ofensas morais, constrangimento, injúria, entre outros, que são, na verdade, casos de violência psicológica. Assim como lesão corporal, agressão e vias de fato, são casos de violência física. É comum constar dois tipos de agressão em uma mesma denúncia, como a violência psicológica e física ou a patrimonial e psicológica. Levando em consideração que todo tipo de agressão traz consigo a violência do tipo psicológica, classificou-se em violência psicológica somente aquelas que eram exclusivamente psicológicas. Nos casos em que a violência psicológica é acompanhada de agressão física, patrimonial ou sexual, contabilizaram-se essas agressões isoladamente.

Assim, foi verificado que de um total de 7.974 boletins de ocorrência cujos agressores foram companheiros das vítimas, em 4.010 boletins (50,3%) a agressão foi exclusivamente psicológica, como ameaça, perseguição, perturbação à tranquilidade, etc, em 3.496 ocorrências (44%) houve a violência física, amiúde acompanhada da psicológica, em 237 BOs (3%) a agressão foi patrimonial, como roubo, retenção de objetos, abandono de lar, entre outros, em 10 ocorrências a agressão foi sexual e, em 221 BOs (2,8%) não constava o tipo de agressão sofrida. O gráfico abaixo evidencia a relação dos tipos de agressão mencionamos nas ocorrências nos anos de 2002 a 2010.

Gráfico 1 - Tipos de violência registrados na DEAM/Vitória/ES (2002 a 2010)



O baixo número de agressões do tipo sexual (somente 10 casos) ocorridas nesses 9 anos se deve ao fato de que muitas vezes a violência sexual não foi caracterizada enquanto tal pelas escrivãs que registraram os BOs. É comum verificar relatos nos quais houve uma violência sexual, mas constar no campo “natureza da ocorrência” como uma violência física ou psicológica. Foi o que aconteceu no boletim de ocorrência de número 467/02, registrado no dia 24/04/2002, em que a vítima de 27 anos, natural de Minas Gerais, negra, casada, do lar, moradora do bairro Consolação (Vitória/ES), relatou que foi agredida por seu marido de 30 anos, natural do Espírito Santo, negro, casado, pintor, que morava junto com a vítima. Ela narrou que seu relacionamento com o marido estava desgastado. Na data da agressão eles chegaram em casa depois de uma festa e o autor tentou ter relações sexuais com ela. Diante de sua negação, ele rasgou a calcinha dela e tentou a violar com o dedo. Ela conseguiu fugir.

99

Nesse caso, consta na “natureza da ocorrência” como lesão corporal. É evidente que houve a violência sexual perpetrada pelo próprio marido, mas tal informação foi negligenciada pela DEAM/Vitória. Além disso, vale considerar que a própria vítima muitas vezes tem resistência em denunciar a violência sexual, devido à dificuldade em se comprovar o abuso, de forma que “[...] apresentar queixa é muito dissuasivo, mesmo porque pressupõe revelar o que há de mais secreto nas mulheres, sua intimidade sexual” (MATOS; SOIHET, 2003, p. 18). Daí a quantidade ínfima de denúncias sobre a violência sexual – somente 10 em um total de 7.974, isto é, 0,1%.

Quanto ao fato de que a maior parte das denúncias foi de caráter psicológico (50,3%), deve-se considerar que a violência contra as mulheres não é um fenômeno isolado e sem repetições, é, em verdade, contínuo e cíclico, podendo-se falar em

etapas distintas no ciclo da violência (ALVES; DINIZ, 2005, p. 388). Em um primeiro momento é construída a tensão entre o casal, manifestando-se, nesta primeira fase, mais como psicológica e patrimonial, com ameaças, crise de ciúmes, agressões verbais e destruição de objetos. Nessa etapa a mulher acredita que pode controlar a situação, todavia, há um aumento da tensão, de maneira que a violência se torna mais grave, passando para seu aspecto físico, com chutes, empurrões, tapas, murros, queimaduras, cárcere privado, entre outros. Apesar de a maioria dos casos de violência registrada na DEAM/Vitória ser de ordem psicológica, é grande a possibilidade da agressão se transformar em violência física em um momento posterior.

Outro dado que consta nos BOs diz respeito à naturalidade da vítima e do agressor. Há uma enorme diversidade de cidades de procedência dos envolvidos na violência e em alguns casos é mencionado somente o estado onde eles nasceram. Agruparam-se então, as cidades de origem tanto da vítima quanto do autor da agressão entre aquelas pertencentes à região da Grande Vitória, as que são de outros estados do Brasil – abrangendo os campos em que não consta a cidade, mas somente o estado –, aquelas em que somente é mencionado que são no Espírito Santo, as que são do interior do Espírito Santo ou aquelas cidades situadas em outro país, além de contabilizarmos os BOs onde não consta essa informação, que se caracterizou como “não diz”.

100

De um total de 7.974 denúncias, a maioria das mulheres nasceu na Região Metropolitana de Vitória (3.165 BOs), seguidas por aquelas que vieram de outros estados (2.054 BOs), em que se destaca o estado de Minas Gerais, além de em muitas ocorrências constarem que as vítimas nasceram no Espírito Santo (1.210 BOs) ou no interior do estado (1.425 BOs). Em 111 boletins de ocorrência não contém a informação sobre a naturalidade das vítimas e, em apenas 9 boletins as noticiantes são de outro país.

Quanto aos autores da agressão, 2.550 nasceram na Região Metropolitana de Vitória, 2.095 são naturais de outros estados, 1.574 vieram do Espírito Santo, sem haver uma precisão da cidade, 1.021 nasceram no interior do estado, 24 vieram de outros países e, em 710 casos não contém essa informação. Nota-se que há mais estrangeiros agressores do que vítimas e que é maior o número de desconhecimento da naturalidade entre os agressores. Entende-se que isso ocorre pelo fato de ter sido a vítima – na grande maioria dos casos – quem forneceu as informações registradas nos boletins. Os gráficos abaixo demonstram a naturalidade das mulheres vítimas de violência, assim como dos agressores, cujas denúncias foram registradas na DEAM/Vitória do ano de 2002 ao ano de 2010.

Gráfico 2 - Naturalidade das mulheres vítimas de violência (DEAM/Vitória-ES - 2002 a 2010)

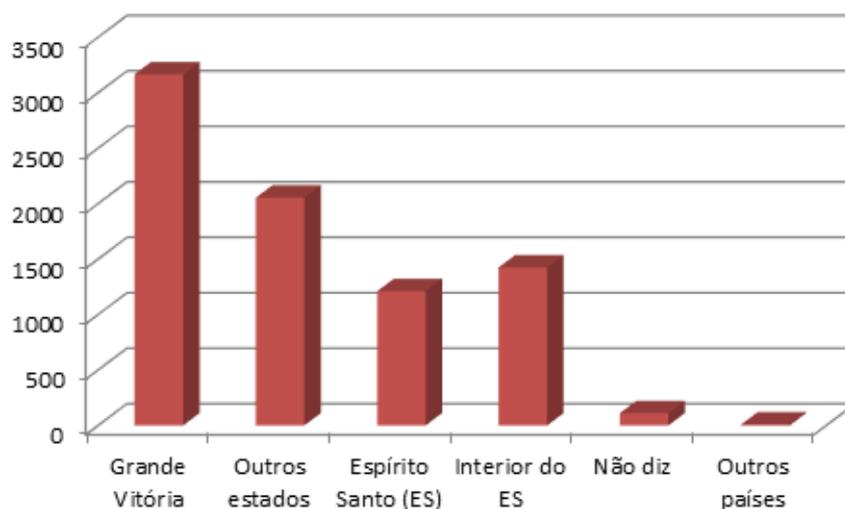


Gráfico 3 - Naturalidade dos autores da violência (DEAM/Vitória-ES - 2002 a 2010)



No que tange à raça das mulheres vítimas de violência e dos autores agressores, os BOs apresentam dados relevantes. O campo dos boletins de ocorrência concernentes a essa informação se refere à "cor" para tratar da raça dos envolvidos nas agressões, separando-se cores parda, branca ou negra, cujas categorizações foram feitas pelas vítimas.

Gráfico 4 - Cor das mulheres vítimas de violência (DEAM/Vitória-ES - 2002 a 2010)

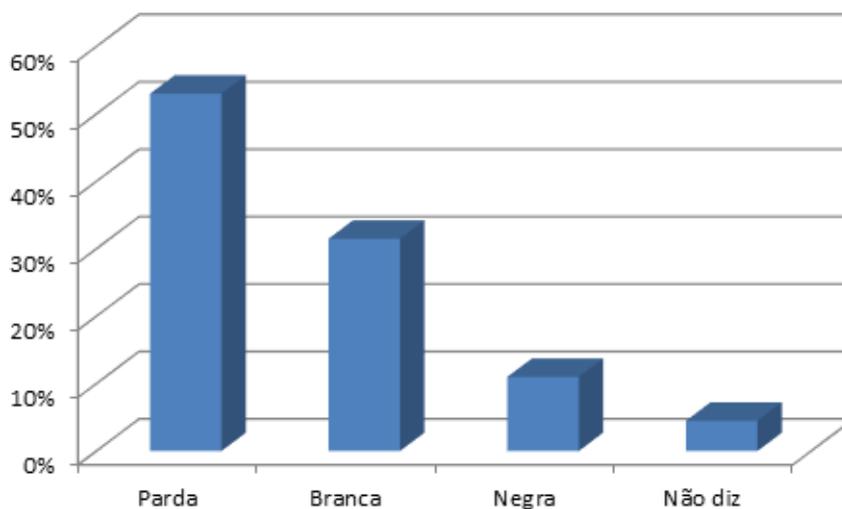
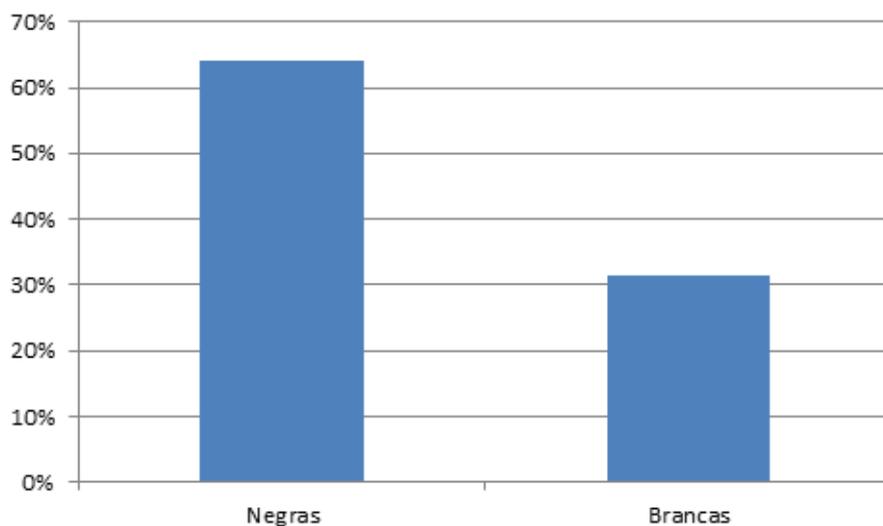


Gráfico 5 - Raça das mulheres vítimas de violência (DEAM/Vitória-ES - 2002 a 2010)



102

A maior parte das mulheres se autodeclarou como parda (53% - 4.224 BOs), seguida por aquelas que se consideravam brancas (31,5% - 2.514 BOs), as negras (11% - 885 BOs) e em 351 BOs (4,5%) não consta essa informação. Conforme o Dossiê Mulheres Negras (MARCONDES *et al.*, 2013) a população negra abrange os pretos e pardos. A DEAM/Vitória, contudo, cometeu um equívoco nesse sentido. Se a classificação era por cores, deveriam constar as cores parda, branca e preta. Quando se fala em negro, está-se referindo aos pardos e pretos. Não obstante esse engano cometido pela DEAM/Vitória, somando as mulheres que se autodeclararam pardas e as mulheres que se consideraram negras, 64% (5.109 BOs) das mulheres vítimas de violência entre 2002 e 2010 eram negras.

É evidente que se aborda somente os casos em que as vítimas fizeram a denúncia da violência que vivenciaram. Cotidianamente há situações de violência contra as mulheres perpetradas por seus companheiros ou ex-companheiros, mas que acabam não sendo denunciadas devido à dificuldade da vítima em reconhecer que foi agredida, ou ainda, como afirma Heleieth Saffioti (2002, p. 6), “[...] muitas vítimas de violência doméstica negam as ocorrências, já que sentem vergonha de relatá-las”. Além da vergonha que as vítimas sentem em fazer a denúncia, elas amiúde sentem medo da reação dos companheiros ou ex-companheiros ao tomarem conhecimento do boletim de ocorrência, ou mesmo temem pelas consequências legais e sociais da denúncia.

Um exemplo do medo que acomete muitas vítimas em fazer a denúncia está no BO de número 19/05, registrado no dia 05/01/2005. A vítima de 28 anos, natural de Afonso Cláudio (ES), solteira, doméstica, moradora do bairro Tabuazeiro (Vitória/ES), relatou o medo que sentia em denunciar as agressões perpetradas pelo seu amásio de 58 anos, natural de Cachoeiro de Itapemirim (ES), branco, solteiro, pedreiro, que morava junto com a vítima. Ela contou que convivia com o autor há 14 anos, com quem tem 2 filhos, e sempre viveu uma relação de violências constantes por parte dele, mas nunca teve coragem de denunciar, pois ele a ameaçava caso ela fizesse a denúncia. A vítima viveu durante 14 anos uma relação violenta sem fazer qualquer denúncia e sofreu agressões, mas se silenciou por medo e vergonha de conviver com o seu agressor.

103

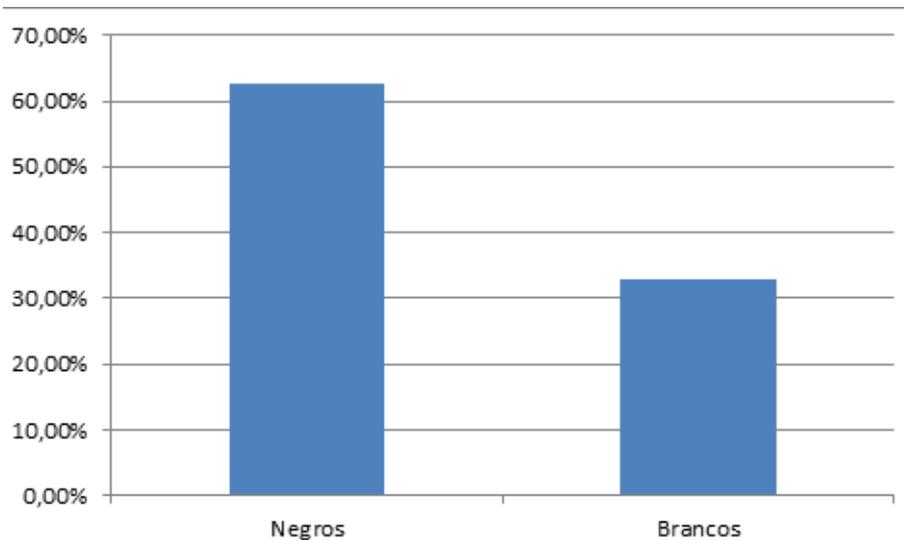
Além disso, há uma percepção um tanto subjetiva por parte das mulheres do que seria um caso de violência contra a mulher passível de ser denunciada. Para Heleieth Saffioti (2011), principalmente quando se trata de violência doméstica ou familiar, os limites entre a quebra de integridades físicas, psicológicas, patrimoniais ou sexuais, e a ideia de ter que suportar a agressão, são demasiado tênues. A mulher pode considerar determinada agressão como uma quebra de sua integridade, ou entender como fazendo parte de seu destino de gênero, como uma obrigação de suportar a violência, seja ela perpetuada por seu pai ou por seu marido.

Nessa perspectiva, muitas mulheres sofrem cotidianamente a violência, mas acabam não denunciando. Isso poderia ser uma das explicações para o baixo número de mulheres brancas que denunciaram a violência. Elas podem não terem tido coragem para tanto ou mesmo não terem percebido que foram agredidas. Mas o mesmo se aplica às mulheres negras, pois para ambas, muitas vezes a percepção da violência é bastante difícil, assim como a coragem em denunciar. O fato é que muito mais mulheres negras denunciaram e relataram as agressões sofridas.

Quanto aos agressores, constam nos boletins que 46, 6% (3. 722 BOs) são pardos, 33% (2. 634 BOs) são brancos, 16% (1. 290 BOs) são negros e, em 4, 2% (328

BOs) não há essa informação. Somando os negros e os pardos, 62,6% (5.012 BOs) dos agressores são negros, enquanto os brancos são 33%.

Gráfico 6 - Raça dos autores da violência de gênero (DEAM/Vitória-ES - 2002 a 2010)



Há um número menor de agressores negros (62,6%) do que de vítimas negras (64%), enquanto é maior a quantidade de agressores brancos (33%) do que de vítimas brancas (31,5%). Isso significa que além da desigualdade de gênero presentes nesses casos de crimes cometidos contra as mulheres, é perceptível também a desigualdade de raça, tanto no interior da relação afetiva quanto na maior quantidade de negros entre os envolvidos na situação de violência de gênero. Os dados demonstram que houve casos nos quais os companheiros ou ex-companheiros eram brancos e as vítimas negras, o que implica em assimetrias de gênero e de raça, aumentando o contraste de poder entre ambos. Mas há que se considerar também, que apesar das discrepâncias na quantidade de mulheres negras agredidas e homens negros agressores, entre as duas categorias sociais é significativo que a maior parte – acima dos 60% – sejam negros.

O Dossiê Mulheres Negras se utiliza da Pesquisa Nacional por Amostra em Domicílio (PNAD) para demonstrar as disparidades de gênero e raça ainda bastante presentes no Brasil no final da década de 2010 (MARCONDES *et al.*, 2013). Tendo como base o Programa Brasil sem Miséria para definir a situação de pobreza da população, o Dossiê evidencia que os negros, mulheres e homens, estão entre os mais pobres do país. Contudo, mesmo dentre a população negra, são as mulheres as maiores vítimas da pobreza e da miséria. A proporção se inverte na medida em que aumenta a renda dos negros e brancos, com os primeiros se tornando minoria e os segundos a maioria

da população do Brasil. Enquanto as mulheres negras estão na base da pirâmide social e econômica, os homens brancos estão no topo da hierarquia, podendo-se falar em feminização e negritude da pobreza.

Isso posto, trata-se aqui da violência de gênero que foi denunciada e perpetrada no interior de grupo social vulnerável em todos os sentidos, não somente em termos de renda, como também de acesso às condições básicas de existência, como saúde, educação, moradia e cultura, além da desigualdade de gênero e racial persistente na nossa cultura que implica em representações e símbolos da negritude, principalmente feminina, extremamente desvalorizados.

A escolaridade das mulheres vítimas de violência e dos homens agressores também diz muito sobre a condição de vida e a situação sociocultural dos envolvidos nas agressões de gênero registradas na DEAM/Vitória. É grande o número de BOs que não constam a informação da escolaridade, tanto da vítima quanto do agressor, representando mais de 60% dos casos. Não obstante, pode-se depreender da tabela, que as mulheres vítimas de violência são mais escolarizadas que seus algozes, com 9,1% de mulheres cursando ou com o ensino superior concluído, enquanto os autores estão com a taxa de 5,5%. Já com analfabetismo e primeiro grau completo e incompleto, os agressores são maioria, com 15,3%, e as mulheres contam com a taxa de 14%. Portanto, a maior escolaridade feminina em detrimento da masculina não impede a violência de gênero, ao contrário, parece ser o caso mais comum. As tabelas a seguir demonstram as escolaridades das vítimas e dos autores da violência.

105

Tabela 1 - Escolaridade das mulheres vítimas de violência (DEAM/Vitória/ES - 2002 a 2010)

Escolaridade da vítima	BOs
Não diz	4.850
Analfabeta	52
1º grau incompleto	800
1º grau completo	268
2º grau incompleto	387
2º grau completo	830
Superior incompleto	208
Superior completo	518
Pós-graduanda	43
Pós-graduada	18
Total	7.974

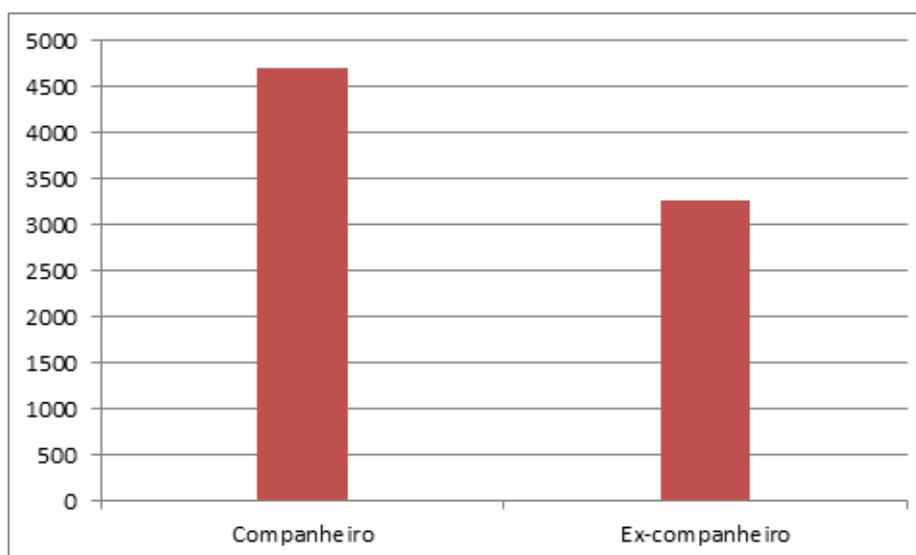
Tabela 2 - Escolaridade dos autores da violência de gênero (DEAM/Vitória/ES - 2002 a 2010)

Escolaridade do autor	BOs
Não diz	5.251
Analfabeto	53
1º grau incompleto	877
1º grau completo	289
2º grau incompleto	268
2º grau completo	764
Superior incompleto	106
Superior completo	337
Pós-graduando	19
Pós-graduado	10
Total	7.974

Outro aspecto que merece atenção de ser relatado na pesquisa acerca da violência de gênero reproduzida por aqueles que mantinham ou já mantiveram algum tipo de relação afetiva com a vítima no momento da agressão, é justamente a proporção de agressores que eram companheiros das mulheres agredidas quando cometeram o ato violento, e dos que já não eram mais companheiros, em que o vínculo afetivo estava desfeito no momento da agressão. O gráfico abaixo demonstra a proporção.

106

Gráfico 7 - Grau de parentesco entre as vítimas e os autores da violência de gênero (DEAM/Vitória/ES - 2002 a 2010)



É significativa a quantidade de agressores que já não tinham qualquer tipo de relação afetiva com a vítima (41%, 3.264 BOs) em comparação às agressões perpetradas pelos companheiros das vítimas (59%, 4.710 BOs). Quase metade dos autores da violência não eram mais maridos, companheiros ou namorados das vítimas, mas continuavam perseguindo-as e vigiando suas condutas morais e sexuais. Muitas vezes, os ex-companheiros agressores tinham filhos(as) com a vítima, o que implicava em relações de cobrança moral e financeira constantes, tanto da vítima para com o agressor, quanto do agressor para com a vítima, o que acabava em violências por parte do homem.

Esse parece ter sido o caso do boletim de ocorrência de número 210/03, registrado no dia 11/02/2003, em que a vítima de 34 anos, natural da Bahia, parda, casada, representante comercial, moradora do bairro Maruípe (Vitória/ES), relatou a agressão por parte de seu ex-marido de 33 anos, natural de Minas Gerais, pardo, casado, garçom, morador do bairro Central de Carapina (Serra/ES). Segundo sua declaração, na data do fato o autor foi até a sua casa perguntar por que ela não mandou os filhos do casal para passar o final de semana com ele. Ela respondeu que não faria isso até ele pagar a pensão atrasada. Ele então começou uma discussão, ameaçou enforcá-la e, quando estava indo embora, disse que se ela não mandasse as crianças na próxima semana, iria mandar matá-la.

No boletim de ocorrência de número 07/04, registrado no dia 01/05/2004, a vítima de 29 anos, natural de Minas Gerais, branca, separada, doméstica, moradora do bairro São Pedro (Vitória/ES), denunciou as constantes violências sofridas por parte de seu ex-marido, branco, separado, agricultor, morador da cidade de Brejetuba (ES). A noticiante relatou que está separada do autor há 8 anos e que a filha do casal havia ficado com ele. Em todas as visitas que a vítima fazia à filha, o autor ameaçava-a de morte e de espancamento.

É também bastante comum nas ocorrências da DEAM/Vitória que não haja nenhuma prole envolvida na relação da vítima e do agressor, mas o ex-companheiro continuava vigiando a conduta moral e sexual da ex-companheira, não raro tentando reatar a relação de ambos, mesmo que já estivesse com outra companheira.

O boletim de ocorrência de número 48/07, registrado no dia 15/01/2007 demonstra bem essa relação de posse do homem com a ex-companheira. A vítima de 21 anos, natural do Rio de Janeiro, parda, separada, vendedora, moradora do bairro Santo Antônio (Vitória/ES), declarou que sofreu agressões e ameaças por parte de seu ex-amásio de 26 anos, natural de Vila Velha (ES), pardo, motorista, residente do bairro Jardim Tropical (Serra/ES). Segundo o relato, eles conviveram por 2 anos e meio. Ela rompeu a relação devido às agressões do ex-companheiro, mas o agressor não aceitou

o término, perseguindo e controlando os passos da vítima, situação que piorou após ela ter iniciado um novo namoro. O autor fez inúmeras ameaças de morte e à vítima.

O mesmo sentimento de posse por parte de um ex-companheiro levou a outra denúncia. No BO de número 1019/06, registrado no dia 18/10/2006, a vítima de 28 anos, natural do Espírito Santo, negra, solteira, doméstica, moradora do bairro Jaburu (Vitória/ES), denunciou seu ex-amásio de 31 anos, natural da Bahia, branco, ajudante de obra, morador do bairro Jabour (Vitória/ES). Ela relatou que se separou do autor, mas ele não a deixa em paz. Quando bebe fica louco e a ameaça de morte caso ela não reate a relação com ele, além de quebrar utensílios domésticos.

É significativa a quantidade de agressores que já não tinham uma relação afetiva com as vítimas, mas continuavam perseguindo-as e tentando a todo custo reatar a relação ou simplesmente impedi-las de viver outras. Importou neste artigo fazer um panorama geral dos agentes sociais em que pesa a relação afetiva, envolvidos na dinâmica da violência de gênero que foram denunciadas na DEAM/Vitória no período de 2002 a 2010. Para tanto, abordou-se o histórico da criação das DEAMs no Brasil, assim como dos conceitos que passaram a ser analisados e discutidos nos movimentos feministas e no âmbito acadêmico, dando suporte à compreensão dos mecanismos de poder envolvidos nas relações afetivas.

108

O conceito de patriarcado, forjado no interior dos movimentos feministas, demonstra qual é o pano de fundo, de caráter social e cultural, que permeia a violência de gênero e legitima sua continuidade. Os números evidenciados a partir das denúncias registradas na DEAM/Vitória (2002 a 2010) contra companheiros ou ex-companheiros, acerca da raça, da escolaridade, da naturalidade e do tipo de agressão sofrida pelas vítimas, permite ter uma ideia do grupo social envolvido nas dinâmicas de violência, assim como da gravidade dessa problemática em Vitória (ES). Os dados demonstram que as agressões ocorrem no interior de relações afetivas permeadas por disputas de poder, marcadas por seu turno, por uma hierarquia e desigualdade simbólica e comportamental de gênero. A sociedade patriarcal que persiste no novo milênio no Brasil, se pauta justamente na desigualdade de gênero em termos de poder, de dominação e de condutas morais e sexuais, legitimando a reprodução da violência contra a mulher.

Todos os dados aqui apresentados são elucidativos do quanto os sujeitos sociais, particularmente os homens agressores, se apegam às identidades de gênero, construídas simbolicamente por meio do sistema patriarcal. A questão da violência sexual, que tem como pressuposto a submissão e a obediência feminina aos prazeres do "cônjuge", assim como o sentimento de posse por parte dos companheiros e, inclusive, de ex-companheiros, com relação às mulheres, são alguns dos casos mais dramáticos do apego de muitos agressores ao modelo de identidade masculina historicamente construído.

É uma identidade agressiva por excelência, apática, competitiva, com sede de poder e de domínio. É evidente que há uma articulação entre as subjetividades do sujeito e as posições-de-sujeito que os discursos e práticas de uma sociedade de dominação masculina exigem que o homem assuma. Mas é necessário pensar em como desconstruir essa identidade masculina pautada em tamanho descaso, tamanha violência, que mata e agride não somente as mulheres, como também os próprios homens.

Referências

- AGENDE. Ações em Gênero Cidadania e Desenvolvimento. **10 anos da convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher:** Convenção Belém do Pará. 3. ed. Brasília: Agende, 2005.
- ALVES, S. L. B.; DINIZ, N. M. F. "Eu digo não, ela diz sim": a violência conjugal no discurso masculino. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 58, n. 4, p. 387-392, jul.-ago. 2005.
- AZEVEDO, M. A. **Mulheres espancadas:** a violência denunciada. São Paulo: Cortez, 1985.
- BOSELLI, G. C. **Instituições, gênero e violência:** um estudo da Delegacia da Mulher e do Juizado Criminal. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2003.
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina.** 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- BRUSCHINI, C. Mulher e trabalho: uma avaliação da década da mulher (1975-1985). In: CARVALHO, N. V. (Org.). **A condição feminina.** São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.
- COSTA, J. Apoio às vítimas: SOS-Mulher e Delegacias. In: COSTA, A. O; BRUSCHINI, C. (Org.). **Entre a virtude e o pecado.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.
- DELPHY, C. Le patriarcat, le féminisme et leurs intellectuelles. **Nouvelles Questions Féministes**, n. 2, p. 58-74, out. 1981.
- MARCONDES, M. M. et al. (Org.). **Dossiê mulheres negras:** retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. Brasília: Ipea, 2013.
- MATOS, M. I; BORELLI, A. Espaço feminino no mercado produtivo. In: PINSKY, C. B; PEDRO, J. M. (Org.). **Nova história das mulheres.** São Paulo: Contexto, 2012.
- MATOS, M. I; SOIHET, R. **O corpo feminino em debate.** São Paulo: Ed. da UNESP, 2003.
- NADER, M. B. **Paradoxos do Progresso:** a dialética da relação mulher, casamento e trabalho. Vitória: Edufes, 2008.

- _____. Mapeamento e perfil sócio-demográfico dos agressores e das mulheres que procuram a Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher Vitória (ES). 2003-2005. **Fazendo Gênero**, Florianópolis, p. 1-8, ago. 2010.
- NOLASCO, S. **O mito da masculinidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.
- PEDRO, J. M. Corpo, prazer e trabalho. In: PINSKY, C. B; PEDRO, J. M. (Org.). **Nova história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012.
- _____. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005.
- PINTO, C. R. J. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
- SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. 2. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.
- _____. Violência doméstica: questão de polícia e da sociedade. In: CORRÊA, M. Gênero e cidadania. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 1, p. 59-70, 2002.
- SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul.-dez., 1995.
- VITÓRIA, M. B. R. **Violência doméstica**: a realidade das mulheres que denunciam. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.